

O mundo escondido nos autores clássicos

The world behind the classics

Le monde caché chez les auteurs classiques

Breno Viotto Pedrosa - brenoviotto@hotmail.com
Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3204-8992>

Resumo

Busca-se neste ensaio uma apresentação da teoria do campo de P. Bourdieu, bem como demonstrar como tais ideias seriam úteis para a interpretação da história da geografia. Inicia-se a reflexão buscando uma resposta satisfatória para quem poderia ser considerado um autor clássico. Após, se argumenta sobre a necessidade de integrar os conceitos de campo, *habitus* e capital cultural, para a seguir, serem analisados alguns casos históricos para exemplificar a instrumentalização de tais teorias. Por fim, se busca refletir sobre existência de uma geografia nacional, bem como sobre as políticas científicas predominantes e as assimetrias entre centro e periferia na produção e na difusão do conhecimento científico.

Palavras-chave: História da Geografia, Teoria dos campos, Reflexividade, Assimetria.

Abstract

This essay seeks to present Pierre Bourdieu's field's theory and demonstrate how such ideas could be useful for interpreting the history of geography. The reflection begins by seeking a satisfactory answer to who could be considered a classical author. Afterwards, the argument is made about the need to integrate the concepts of field, habitus, and cultural capital, followed by the analysis of some historical cases to exemplify the application of such theories. Finally, there is a reflection on the existence of a national geography, as well as on prevailing scientific policies and the asymmetries between center and periphery in the production and dissemination of scientific knowledge.

Keywords: History of Geography, Field Theory, Reflexivity, Asymmetry.

Résumé

Dans cet essai, on cherche à présenter la théorie du champ de P. Bourdieu et à démontrer comment de telles idées pourraient être utiles pour interpréter l'histoire de la géographie. La réflexion commence en cherchant une réponse satisfaisante à qui pourrait être considéré comme un auteur classique. Ensuite, on argumente sur la nécessité d'intégrer les concepts de champ, habitus et capital culturel, puis on analyse quelques cas historiques pour illustrer l'application de ces théories. Enfin, on cherche à réfléchir sur l'existence d'une géographie nationale, ainsi que sur les politiques scientifiques prédominantes et les asymétries entre le centre et la périphérie dans la production et la diffusion de la connaissance scientifique.

Mots-clés: Histoire de la Géographie, Théorie des champs, Réflexivité, Asymétrie.

Recebido em: 27/04/2024

Aceito: 28/06/2024

Publicado: 04/08/2024

Introdução

É possível pensar a história da geografia a partir de duas questões fundamentais: o que é um autor clássico? Qual a relação entre os autores clássicos e a geografia feita atualmente? Neste ensaio, tento propor algumas repostas para essas indagações com base na minha experiência e na tentativa de aplicar a teoria sociológica de Pierre Bourdieu para a compreensão da dinâmica científica, em especial para a história da geografia. Ademais, o arcabouço proposto por Bourdieu deve ainda incorporar as contribuições recentes no campo da história da geografia, que permitiram jogar nova luz sobre o desenvolvimento da ciência geográfica.

Em primeiro lugar, se deve ter clareza que a teoria de Bourdieu tem como objetivo compreender a sociedade, contudo, o sociólogo francês se esforçou para analisar a ciência, admitindo sua importância para a dinâmica social e destacando que ela tem regras específicas de funcionamento. Nesse sentido, devemos advertir o leitor que a ciência é um fenômeno iminentemente social e que sua proposta de método busca transcender duas importantes dicotomias, a primeira, clássica dentre aqueles que estudam história da ciência, se refere às perspectivas internalistas (análise e leitura que considera as obras quase que exclusivamente) e externalistas (a compreensão dos autores a partir de seus contextos); e a segunda, o debate célebre ligado à estrutura estruturada e estrutura estruturante, ou seja, Bourdieu demonstra que no jogo social as regras e estruturas estão postas historicamente, mas os indivíduos têm a capacidade, por meio de suas ações e práticas, de transformá-las (MICELI, 2007).

Talvez o livro mais importante de Bourdieu (1984) ao tratar do assunto seja o seu célebre “*Homo Academicus*”, uma tentativa de analisar a academia francesa, sua história e sociologia. Nesse ensaio tentaremos dar algum tipo de subsídio e introdução ao nosso leitor sobre o que é a sua proposta para a análise da ciência, para, a seguir, tratar de algumas aplicações e possibilidades de pesquisa considerando seu repertório teórico para a compreensão da história da geografia.

Um pouco de teoria – os conceitos fundamentais

Em um texto curto e bastante célebre, intitulado “*A ilusão biográfica*”, Bourdieu (2016) sinteticamente demonstra que as abordagens dos autores e figuras sociais chaves de um determinado período podem constituir uma perigosa armadilha, ou seja, as biografias são na verdade uma ilusão. Nesse sentido, o indivíduo é em parte produto de seu período histórico, de suas estruturas sociais, ao mesmo tempo que sua prática tem a capacidade de alterar as estruturas dessa mesma sociedade, de modificar as regras do jogo. Os agentes sociais estão imersos em uma situação cujas regras do jogo estão dadas de maneira implícita ou explícita, mas sua ação individual ou em grupo é capaz de transformá-las.

O mesmo vale para a dinâmica da ciência e, no nosso caso, para a geografia, de forma que a abordagem dos autores clássicos só tem sentido se compreendermos sua inserção em um período histórico determinado e em um regime de sociabilidade próprio que permite a produção, reprodução e divulgação da ciência. Além disso, ao contrário do que poderiam pensar os pesquisadores que só se preocupam com o desenvolvimento das ideias, os cientistas têm suas próprias afinidades políticas e culturais, o que tem um impacto direto na sua produção, ou seja, o corpo de cientistas e suas instituições não podem ser pensadas de maneira apartada da sociedade em geral, mesmo que Bourdieu reconheça que a ciência tem regras específicas de funcionamento e que existem ciências mais autônomas (Astronomia, Matemática, etc.) e mais heterônomas (Economia, Planejamento Urbano, etc). Bourdieu coloca que:

A ciência nada mais pode fazer senão tentar estabelecer a verdade dessas lutas pela verdade, apreender a lógica objetiva segundo a qual se determinam as coisas em jogo e os campos, as estratégias e as vitórias, produzir representações e instrumentos de pensamento que, com desiguais probabilidades de êxito, aspiram à universalização, quer dizer, à estrutura histórica do campo em que se geram e funcionam (BOURDIEU, 2010, p. 294).

O campo científico, assim como as artes, a literatura, etc., estão dispostos no regime de produção e troca dos bens simbólicos, cuja importância, relevância, veracidade é reconhecida socialmente pela prática regrada dos seus agentes, pela incorporação dos títulos e pelas posições institucionais, elementos que não estão dissociados da dinâmica social geral. Ou seja, muitas vezes a elite cultural tem significativo poder econômico, mas nem sempre tão substancial quanto os grandes comerciantes e industriais, sendo que estes por sua vez não possuem o conhecimento adequado, a erudição, o treinamento para transitarem com total segurança pelo mundo dos bens simbólicos da cultura, da arte, da literatura, da filosofia, etc.

Sendo assim, a abordagem de autores específicos só pode ser proveitosa se compreendermos suas origens sociais e trajetória socioprofissional, pois os autores clássicos geralmente têm a capacidade de se reafirmarem como uma autoridade carismática, ao mesmo tempo em que devemos considerar o funcionamento da ciência e a posição de seus agentes dentro do campo científico e na sociedade. Ainda da interpretação do pensador francês, o campo cultural tende a funcionar de maneira análoga ao econômico, de forma que o capital cultural se reproduz de maneira ampliada, sendo que o falecimento de um determinado autor pode significar a continuidade e ampliação do capital cultural, ou seja, o reconhecimento de seus pares e de pessoas fora do campo.

Entretanto, antes de prosseguirmos cabe indagarmos o que é um autor clássico na visão de Bourdieu, e ainda mais, por que alguns autores resistem ao crivo do tempo, se tornando imortais e por que alguns célebres pensadores só tem reconhecimento dentre seus contemporâneos ou só foram prestigiados muito depois de falecidos? Ao contrário do que poderíamos deduzir os autores clássicos não são aqueles que tiveram ideias necessariamente geniais ou exclusivamente poder institucional, muito menos seria possível pensar em uma fórmula

matemática de análise textual que nos indicaria o que é ou não um texto clássico, mesmo que a prática de determinados maneirismos textuais seja importante para a expressão de uma identidade profissional. O fenômeno do autor clássico só pode ocorrer a partir de uma perspectiva principalmente sociológica, ou seja, são seus pares científicos que o reconhecem como tal e chancelam no decorrer das distintas gerações seu status. Isso nos explica, por exemplo, porque alguns autores já foram consagrados e profanados ao longo da história da geografia, como seria o caso de F. Ratzel, ora considerado um pensador determinista e simplista, ora um cientista a frente de seu tempo que conseguiu renovar a geografia por meio do pensamento Darwinista e desenvolver ideias relevantes que tiveram impacto na Geografia, na Antropologia e que suscitou a criação de novos subcampos de estudo como a Geopolítica. A luta simbólica da ciência envolve também uma autorrepresentação do campo para e por seus membros – ofertada, igualmente, à sociedade em geral –, ou seja, existe a consolidação de tradições de uma massa de conhecimentos acumulados seletivamente, uma história que dá corpo a um campo e sua trajetória histórica.

Na história da geografia, temos a consagrada divisão em geografia clássica, nova geografia, geografia crítica, geografia humanística e geografias pós-modernas, esclarecendo que, segundo Bourdieu (2020), qualquer tipo de classificação científica é resultado de disputas, sendo que vence aquele que consegue naturalizar sua visão. Essa periodização da história da geografia hoje está bastante naturalizada pelo ensino da história disciplinar, mesmo que ela seja bastante criticável.

Como vemos, a abordagem de Bourdieu é eminentemente sociológica, o que para alguns leitores pode remeter à leitura clássica e controversa da obra de T. Kuhn (1997), *“As estruturas da revolução científica”*. Apesar de Kuhn ter sido acusado de eurocêntrico, de seu esquema ser demasiado rígido e talvez pouco realista para a compreensão do desenvolvimento das ciências humanas – ele faz uma autocrítica (KUHN, 2017) – Bourdieu se vale de algumas ideias importantes para a proposição de sua avaliação para a história da ciência. Talvez, a principal concepção derivada do debate kuhniano seja a de que existe uma comunidade científica, ou seja, um grupo social que possui interesses no desenvolvimento do conhecimento científico e que se organiza a partir de hierarquias ligadas aos títulos, à filiação institucional, aos cargos e posições universitárias e ao reconhecimento acadêmico, ao passo que possuem práticas padronizadas e estão dispostos em um espaço social.

Bourdieu evoca ainda Robert K. Merton outro autor que enfatiza o papel da comunidade científica, uma vez que ela tem um papel de vigilância no tocante à ciência produzida pelos pares, uma inspeção metodológica e ética. Em diversas obras, Bourdieu representa tais espaços sociais – seja para ciência, seja para outros aspectos sociais – organizando um gráfico cujos eixos representam as variáveis chave para compreender a distinção entre os agentes sociais e sua posição no campo como suas origens sociais, sua classe, suas opções políticas, sua propensão ao consumo de determinados bens culturais, suas opções e afinidades metodológicas e/ou epistemológicas no caso da ciência. Contudo, como o próprio Bourdieu (1996) admite, o espaço social tem uma face de espaço concreto, o que quer dizer que, se estamos estudando o campo científico, seu espaço são as Universidades, Faculdades, Bibliotecas, Eventos científicos, Institutos e Fundações de pesquisa, etc. que se dispõe de maneira desigual e estão dispostas hierarquicamente, uma vez que temos instituições com mais e com menos

reconhecimento social no campo e na sociedade – pensemos, por exemplo, nos rankings universitários ou as agências de fomento com maior ou menor prestígio. Esse parece ser um ponto importante, evocado por Bourdieu (2001) para criticar Bruno Latour: um experimento feito em uma universidade de prestígio como Oxford tem um reconhecimento social maior dentro e fora do campo, do que o mesmo procedimento feito em uma universidade desconhecida e isso se relaciona com a hierarquização dos e nos campos científicos.

Entra em cena aqui o chamado capital, o conceito utilizado por Bourdieu justamente para descrever o reconhecimento social, notadamente dos autores. Para nosso foco, o campo científico, o capital cultural puro é aquele que discrimina um pensador que é reconhecido pela importância de suas obras, artigos, palestras, etc, enquanto o capital institucional é o reconhecimento ligado aos cargos, láureas, posições institucionais, etc. Além do reconhecimento, em uma analogia ao campo econômico, o capital cultural representa os bens culturais e simbólicos que foram apropriados ou incorporados pelos agentes, que conferem legitimidade à sua formação (obras de arte, livros raros, cursos, diplomas, nomeações em cargos e comissões, distinções e prêmios) e, de maneira similar à dinâmica econômica, o capital cultural simbólico será, via de regra, reinvestido para uma reprodução ampliada.

Obviamente, os dois tipos de capital não estão dissociados, entretanto, temos que reconhecer que algumas figuras possuem mais reconhecimento intelectual do que institucional e vice-versa. De toda feita, um autor clássico é alguém que conseguiu atingir um status de elevado capital cultural, muitas vezes, conseguindo se projetar fora do espaço nacional, sendo conhecido, lido, lembrado também por seus congêneres em outros países ou mesmo sendo reconhecido em distintos campos científicos. Essa dinâmica se complica ainda mais quando consideramos a situação universal: parafraseando Karl Marx, para Bourdieu os textos só circulam fora de seu contexto original, o que permite reinterpretções, desentendimentos e controvérsias, além do fenômeno dos *gatekeepers* dos diversos campos, ou seja, aqueles pensadores que são responsáveis pela incorporação de intelectuais estrangeiros na escala nacional, atitude tomada na expectativa de ampliar seu próprio capital cultural ao editar, traduzir e prefaciá-lo um autor prestigiado no estrangeiro (BOURDIEU, 2023). Não obstante, é preciso identificar os dominantes e os dominados (por que a história da geografia dá relevo a Humboldt e Ritter, mas não a Aires de Casal?), o nível de internacionalização e protecionismo linguístico dentro do campo, considerando o contexto atual em que os membros da geografia brasileira desejam cada vez mais publicar no exterior e enxertar temas e autores que não tem tradição no debate nacional.

Além disso, de modo geral, um clássico se mostra à prova do tempo, por vezes seu prestígio aumenta e perdura após a morte, no entanto, como dito acima, a tradição e a história do campo são elementos vivos, ou seja, existem abandonos, negações, esquecimentos, revalorizações, etc. Nesse sentido, Bourdieu (2001) é crítico à ideia de revolução científica como postulada por Thomas Kuhn, pois, segundo o sociólogo francês, as rupturas do campo científico nunca são completas, são revoluções parciais, uma vez que os revolucionários ao proporem novos métodos e agendas de pesquisa devem provar para seus pares que dominaram e superaram as tradições científicas do passado. Existe então esse trabalho simbólico do sepultamento dos clássicos, de domínio de seu pensamento, que confere força simbólica, argumento de autoridade, que unido

ao carisma dos novos cientistas permite a reafirmação do hodierno. Apesar da meia revolução, da inércia histórica, da dificuldade com rupturas que sejam totais, o autor defende que:

A crise das relações entre os velhos e os novos que chegam, nasce de uma ruptura da harmonia que se estabelece na grande maioria daqueles que chegam, entre as estruturas incorporadas de expectativas (os que esperam) e as estruturas objetivas (as trajetórias prováveis). Essa ruptura opera sob o efeito simultâneo de uma transformação da estrutura das probabilidades de ascensão e de uma modificação das disposições dos agentes. Em uma tal conjuntura, os ‘velhos’ e os ‘jovens’ se encontram ‘defasados’, os primeiros visando uma ambição carreirista naquilo que se viveu como uma reivindicação normal, e os segundos um conservadorismo mandarinal naquilo que aparecera como um apelo a ordem ética (BOURDIEU, 1984, p. 117).

Essa é uma breve constatação que o autor teve ao analisar a ruptura na sociedade e nos campos científicos franceses que se manifestou no maio de 1968. Essa mudança drástica afetou a geografia com a ascensão de Yves Lacoste, por exemplo, que se projetou para fora da Escola Francesa de geografia, basicamente com uma crítica dura às ideias de Paul Vidal de la Blache. Contudo, no final, Lacoste teve que atenuar algumas críticas injustas e não conseguiu, ao fim e ao cabo, se desvencilhar da escala regional como aporte de análise (PEDROSA, 2013). O mesmo se pode pensar sobre o encontro da Associação de Geógrafos Brasileiros de 1978, em Fortaleza (CE), um evento que se tornou célebre pela reafirmação da geografia crítica e pela reforma de sua estrutura administrativa, antes restrita apenas a membros que tinham contribuições importantes para a geografia e que deveriam ser indicados pelos pares. Após a reestruturação, se aprovou um regimento que permite a associação de qualquer interessado por geografia, o que deu nova dinâmica de ascensão e prestígio para pesquisadores em início de carreira em um momento que os cursos de geografia se consolidavam e/ou expandiam para além do eixo Rio-São Paulo.

Ainda sobre tais rupturas e reinvenções na história da geografia, em outros contextos, pululam exemplos: a geografia cultural de Sauer, a corografia neokantiana de R. Hartshorne, a nova geografia ou geografia quantitativa, a geografia crítica e a geografia humanista recontaram a história da geografia para se reafirmarem, buscando nas tradições geográficas precedentes que remetessem às suas propostas teórico-metodológicas. Nesse sentido, a geografia possui um fator complicador, pois ela tem uma tradição que remonta à ciência e à filosofia dita clássica, ou aos conhecimentos produzidos na Grécia antiga que foram em parte a base da ciência moderna. Já entre os antigos é possível identificar uma geografia de tradições matemática e astronômica ou ainda uma mais ligada à história, à descrição de lugares e aos acontecimentos, tradições que ora se aproximam, ora se distanciam.

Voltando aos tempos mais recentes, podemos ainda, rapidamente, evocar o exemplo de É. Reclus, alguém cuja *Nova Geografia Universal* foi amplamente traduzida e lida em boa parte do mundo, mas que ingressou na Universidade

apenas no final da vida, mantendo sua produção intelectual de maneira mais ou menos independente, no âmbito de editores importantes como a Hachette, na França, e nas sociedades de geografia em um momento em que vários cursos universitários estavam sendo institucionalizados na Europa. Certamente, sua posição política anarquista, sua leitura do método de C. Ritter, sua inspiração na pedagogia de Pestalozzi, suas críticas a Ratzel, e sua interpretação do darwinolamarckismo (FERRETTI, 2019) a partir da perspectiva da cooperação contrastam com a posição de Paul Vidal de la Blache, que conquista posição na Universidade de Paris, é republicano, se inspira na obra de Ratzel, na corrente neokantista que ganhava força na França, mas que também se inspira em C. Ritter para pensar a relação entre geografia e história (BERDOULAY, 1981).

Reclus via com otimismo a colonização, entendida como migrações humanas independentes do poder imperialista, desde que os direitos dos nativos não fossem desrespeitados (FERRETTI, 2013), Vidal de la Blache, apesar de moderado, imbuído de nacionalismo, acreditava na positiva obra colonizadora francesa no além-mar. Reclus foi influente, mas não deixou discípulos, porém a força de sua obra perdurou; contudo, deveremos esperar o surgimento da Geografia Crítica para uma revalorização de sua proposta de método. Vidal de la Blache criou uma longa escola que reinterpretara seu legado por diversas perspectivas. São essas distinções que Bourdieu quer chamar nossa atenção ao propor o seu método e, portanto, os conceitos de campo, capital e hábitus estão intimamente imbricados, são três vetores de análise necessários para extrairmos imagens diacrônica e sincrônica do próprio campo científico que se constitui como um espaço social relacional e hierarquizado. Dessa forma:

A correspondência entre saberes hierarquizados (de maneira mais ou menos arbitrária, segundo as áreas e as disciplinas) e os diplomas, por sua vez, hierarquizados faz com que a posse, por exemplo, do diploma escolar mais elevado garanta, supostamente, por implicação, a posse de todos os conhecimentos garantidos pelos títulos de nível inferior ou, ainda, faz com que dois indivíduos no exercício da mesma função e dotados das mesmas competências úteis, ou seja, diretamente necessárias para o exercício de suas funções, apesar de providos de diplomas diferentes, tenham todas as oportunidades de estar separados por uma diferença de estatuto (e, é claro, de tratamento): tudo isso em nome da ideia segundo a qual a competência outorgada pelos diplomas mais elevados pode garantir, por si só, o acesso aos conhecimentos – as “bases” – que se encontram na origem de todos os saberes chamados práticos ou aplicados (BOURDIEU, 2006, p. 307).

Assim, esse espaço social – que obviamente tem uma dimensão física – é aquilo que Bourdieu chama de campo, ou seja, como se distribuem, como se dispõem, os agentes sociais interessados na produção da ciência no tocante aos seus posicionamentos políticos, teóricos, suas origens sociais. Nesse sentido, podemos admitir que a geografia é um campo científico, cuja composição é matizada por subcampos – geografia política, geomorfologia, climatologia, etc. – e o ingresso no campo, via de regra, pressupõem a formação superior com a

iniciação de uma série de regras formais e veladas que explicitam o processo de produção científica.

O campo se constitui como um espaço social relacional, onde podemos compreender a hierarquia e o prestígio dos autores a partir de seu reconhecimento e da disputa com os pares (a comparação Reclus/la Blache visa ilustrar o caráter relacional desse espaço social). Isso nos mostra que a ciência é uma luta simbólica pela representação da verdade, ou seja, para a imposição de uma autoridade carismática capaz de convencer a maioria dos pares do campo – e da sociedade – sobre uma representação do mundo, dos fenômenos, do objeto científico da Geografia. Tal competição se dá em moldes bastante precisos, a partir de um *hábitus*, ou seja, práticas, atitudes, ações bem estabelecidas no campo e reconhecidas pelos pares. Podemos considerar que antes do advento da nova geografia, existia uma unanimidade entre os geógrafos de várias escolas nacionais sobre a importância do trabalho de campo. Podemos pensar ainda, para a escola francesa, o grande prestígio que o trabalho de campo e o subcampo da geomorfologia desfrutavam no início do século XX, ou ainda, o engajamento político em causas ou movimentos sociais, o que passou a ser valorizado por aqueles que se alinhavam com a perspectiva da geografia crítica a partir dos anos 1960.

Um fato compartilhado por todos os *hábitus* científicos é o que Bourdieu chama de interesse pelo desinteresse, ou seja, como estratégia de legitimação os cientistas devem convencer aos seus pares e a sociedade que agem de maneira desinteressada, pelo avanço da ciência e do conhecimento e não em causa própria. Mesmo que a maioria dos cientistas tenham convicção disso, na realidade a sua própria prática consciente ou inconscientemente busca uma reprodução ampliada do capital cultural. Podemos pensar, por exemplo, que a própria denúncia de um cientista interessado ou que não seja independente, pode comprometer seu trabalho ou desprestigiar sua posição – muitos geógrafos foram denunciados por trabalharem para as ditaduras, como foi o caso de Pierre George que trabalhou para o governo Vichy na França, ou os geógrafos do IBGE durante a ditadura militar. Contudo, da mesma forma que não existe conhecimento científico neutro, não existem cientistas completamente desinteressados, suas visões de mundo, as aspirações por manter sua posição de classe, a perspectiva de ascender socialmente ou do ponto de vista do reconhecimento dos pares move sua prática profissional. Quando um geógrafo prepara uma boa palestra, a expectativa é que seu público o aplauda, que após o seminário busque saber mais sobre suas publicações, sua trajetória, em suma, seu reconhecimento aumenta, seu capital cultural se eleva.

Uma situação pode ainda exemplificar esse conceito: em um documentário recente que busca contar a história da geografia crítica a partir de uma entrevista com Ruy Moreira¹, ele diz que na atualidade nos encontros setoriais da Geografia os participantes só procuram aumentar o currículo, os professores que participam visam ser referência no subcampo que participam, o objetivo dos encontros acadêmicos e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) não é mais ser um encontro político como era no início da geografia crítica. Afinal, poderíamos nos perguntar, dentro da universidade quem não está atrás do currículo? Quem não deseja se tornar uma referência em sua área? Quem pode se

¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NeoYttQmOjw&t=1873s>, acessado dia 20 de abril de 2023.

dar ao luxo de desprezar o reconhecimento dos pares? Hoje em dia, em um ambiente universitário extremamente competitivo, com a proliferação das instituições de ensino, programas de pós-graduação e revistas, seria ingênuo pensar que abrir mão do currículo seria uma forma de ascensão acadêmica ou de legitimação de uma autoridade desinteressada. O desinteresse esconde o interesse pela distinção e quanto maior o sentido de sua negação, maior a honra, a recompensa e a dominação simbólica.

É a partir da tríade de campo – espaço social de produção, reconhecimento, debate e propagação do conhecimento -, hábitos – as visões de mundo, concepções teóricas e as práticas formais e informais dos profissionais – e capital cultural – nível de reconhecimento pelos pares e pela sociedade – que pensamos ser possível analisarmos a história da geografia sob um outro viés, o que permitirá uma reflexividade crítica sob a constituição de nosso saber. Seguimos agora para a discussão das tradições geográficas e as disputas acerca da construção da história da geografia.

Tradições e reivindicações

Ao se tratar dos autores clássicos é sempre oportuno fazermos uma breve reflexão sobre a formação do campo da geografia moderna. Como demonstrou Claval (2011), os conhecimentos geográficos são essenciais para as sociedades humanas em praticamente todos seus períodos e culturas, as geografias vernaculares forjam uma explicação de mundo existencial e, no caso no campo acadêmico, muitas vezes o saber científico universal se nutre do vernacular, dos saberes locais e populares. Como exposto acima, claramente, a geografia moderna recebeu influência daquelas tradições desenvolvidas na Antiguidade, na Idade Média, no Renascimento e no Iluminismo. Não iremos aqui aprofundar esse debate, porém um exemplo que ilustra tais relações é o fato de os iluministas terem utilizado fartamente como fonte os relatos de viagem e os tratados geográficos que foram elaborados, algumas décadas antes, pelos religiosos de diversas ordens que viajaram mundo afora para converter os “pagãos” ao cristianismo. A face perniciosa da revolução científica é nos fazer acreditar que a ruptura é sempre mais potente que a continuidade, o que talvez nos induza a não refletir como as tradições geográficas são repensadas, reelaboradas e reinventadas a cada período histórico. O novo como estratégia de reafirmação por vezes tenta fundar ou refundar os campos de conhecimento, porém eles não surgem do nada, existe sempre um mundo escondido atrás dos clássicos. O que nos interessa, no entanto, é a ciência moderna e quanto a isso, as sociedades de geografia tem um papel central.

Em um brilhante capítulo, H. Capel (1988) esclarece qual a relação entre as sociedades científicas e a formação da geografia moderna institucionalizada. Ele demonstra como no decorrer do séc. XIX nos países europeus e na esteira do processo de colonização temos o surgimento de várias sociedades de geografia financiadas ou não pelos governos dos países em que estão sediadas. Se de um lado, a formação de um império colonial exige um aprofundado conhecimento geográfico do mundo, por outro, vemos em paralelo o surgimento das sociedades de livre pensar em países sem domínio coloniais como a Suíça, por exemplo. Capel destaca a pluralidade de agentes sociais que participavam dessas

sociedades e a diversidade de temas que eram abordados, não obstante, nessas sociedades, para vários países, encontramos as raízes do processo de institucionalização da geografia, um verdadeiro laboratório responsável por dar corpo à geografia moderna, que logo estaria presente nas universidades. Temos aí, a formação de um campo geográfico, que influencia o surgimento dos cursos universitários, sendo que, a longo prazo, via de regra, as universidades se tornam mais importantes que as sociedades em termos de produção e financiamento do conhecimento geográfico, existindo sua absorção ou uma justaposição da parte daqueles membros mais proeminentes. Em paralelo, as sociedades são também locais de formatação da geografia moderna, de profissionalização do exercício técnico-profissional, de regulação do *hábitus* dos geógrafos, da recuperação e formação das tradições geográficas que acabam sendo transmitidas para a universidade, por vezes, não apenas para a ciência geográfica, mas marcando as ciências afins – geologia, botânica, oceanografia, etc. Podemos ainda pensar no trabalho de Driver (2001) e vislumbrar um *hábitus* ligado às expedições geográficas para o caso inglês, em que encontramos uma verdadeira cultura do descobrimento que conferia um prestígio grande para seus membros, mesmo que esses exploradores atualmente não tenham uma relevância social significativa. A prática expedicionária pode ter se transformado no trabalho de campo, contudo, as viagens e visitas *in loco* continuam sendo práticas de autoridade e legitimidade da profissão do geógrafo, procedimento que só terá sua eficácia questionada, não sem críticas, com o advento da geografia quantitativa. Mesmo assim, podemos pensar no desdém que ronda os geógrafos de gabinete ou nas viagens à América realizadas por Humboldt, Reclus, Kropotkin, Ratzel e Vidal de la Blache vistas como marcos relevantes de suas carreiras.

A pesquisadora L. Péaud (2016) demonstrou, comparando o caso francês, inglês e prussiano como os membros dessas sociedades colaboravam, ou seja, mesmo que estejamos em plena era dos impérios, com competições por terras de além-mar, alguns intelectuais participavam das sociedades cooperando no âmbito internacional. A onda imperialista fortalecia a expansão dos conhecimentos geográficos, mas a ciência engajada na colonização não monopolizava o debate, a geografia ainda tinha autonomia para mobilizar intelectuais que tinham outras agendas políticas e científicas e que, inclusive, cooperavam internacionalmente. Como já discutido amplamente, é após a Guerra Franco-Prussiana que o ensino da geografia mostra seu valor, tanto da perspectiva prática do manuseio e interpretação de mapas, quanto da formação de uma mentalidade nacionalista. A geografia escolar de massa, renovada a partir de sua modernização ascende como ciência pátria capaz de reproduzir imaginários geográficos sobre as regiões, países e o mundo. Logo o modelo é copiado pelos perdedores franceses e pelos demais países, sendo possível identificar, por exemplo, em 1911, um texto de Mackinder (2014) que explana como a geografia deve ser ensinada no império inglês. O anarquista russo, P. Kropotkin há alguns anos antes já havia problematizado o ensino de geografia sob um viés imperial com seu “*O que a geografia deve ser?*”, o que nos dá a medida da pluralidade de posições no campo da geografia inglesa naquele período – novamente no mesmo fórum, temos posições opostas. Apesar das diferenças, Mackinder, Kropotkin e Reclus cooperaram com projetos editoriais, troca de contatos e informações para o fortalecimento da geografia no âmbito da *Royal Geographical Society* e fora dela (FERRETTI, 2019).

O mesmo vale para a Sociedade Geográfica de Berlim que teve em Alexander von Humboldt um de seus membros e C. Ritter seu presidente. É nesse contexto que se deve pensar como a narrativa sobre a história da geografia foi construída. Sem sombra de dúvidas, Alexander von Humboldt e Carl Ritter são reivindicados como os fundadores da geografia moderna, entretanto, Humboldt não se apresentava como geógrafo em um momento que a geografia começava a se institucionalizar. Encontramos na sua obra uma identificação com a cosmografia, um campo que deixou de existir, sendo que Humboldt foi reivindicado pela geografia, uma vez que até a publicação da teoria da evolução de Darwin, ele era considerado um dos maiores naturalistas do mundo, sendo que sua trajetória talvez marque de maneira clara uma conversão de capital econômico em capital cultural: custeando sua exploração rumo às Américas, membro da aristocracia com sólida formação científica, Humboldt foi uma figura única. O dispêndio de sua herança na viagem para o novo continente foi um dos elementos que distinguiu sua obra dos seus contemporâneos. Seu uso do conceito de paisagem, sua opção metodológica por um empirismo raciocinado que tentava dar resposta aos debates da filosofia da ciência de sua época o colocou em um papel de distinção e pioneirismo, mesmo que ele insistisse em se vincular a um campo científico em vias de desaparecimento. Os geógrafos não demoraram para se identificar com seu legado, uma vez que sua figura de explorador e sua obra desfrutavam de enorme capital cultural.

Humboldt ainda remete a um tema bastante debatido atualmente: a importância da escala local no processo de construção do conhecimento. A publicação dos seus cadernos de campo na forma de livro sob o título “*Quadros da natureza*” atesta a qualidade científica e literária de sua obra, além de demonstrar como a população local, os informantes, os guias, os membros das sociedades americanas, dos indígenas aos *criollos*, foram importantes para seu périplo pelas Américas e para a produção do seu conhecimento. Na contramão do espírito de sua época, ao organizar um dos primeiros atlas do território mexicano, Humboldt optou por conservar várias toponímias indígenas e se nutriu dos conhecimentos e saberes populares para construir uma universalidade que se manifesta na sua célebre obra *Cosmos*. Esse novo olhar reverbera aquilo que D. Livingstone (2003) quis destacar sobre a importância da escala local no processo de construção científico. Não obstante, como conta Rebok (2014), por um imprevisto na viagem de retorno, Humboldt parou nos Estados Unidos, onde foi recebido pelo presidente da época, Thomas Jefferson, situação que certamente ocorreu devido ao seu prestígio científico e social, bem como aos seus contatos políticos. Rebok relembra alguns aspectos do encontro, em que ambos puderam discutir ciência, uma vez que o presidente escreveu uma obra sobre a geografia do seu estado natal, a Virgínia. Vemos aí, novamente, a relação tensa entre ciência e política, porque como coloca Traverso (2020), desde o Iluminismo, o intelectual é alguém que se posiciona politicamente no debate público, pois os cientistas não são meros agentes do conhecimento puro, descolados da realidade. Além da questão da escravidão que suscitou posicionamentos de Humboldt e Jefferson, podemos lembrar ainda Capel (1988), que havia ressaltado a influência de ideias religiosas no pensamento de Ritter, notadamente de que cada nação teria uma missão histórica no progresso da humanidade, ou ainda a afamada carta de Humboldt em que ele manifesta sua simpatia pela Revolução Francesa (LIVINGSTONE e WHITTER, 2005).

De toda sorte, é inegável a marca deixada por esses intelectuais na constituição da geografia moderna e, do ponto de vista epistemológico, a construção de um pensamento científico é constituído dialeticamente pela influências do Romantismo e do Iluminismo como bem demonstrou Gomes (1996). Essa é uma marca de longa duração que acompanha a disciplina, da mesma forma que, a persistência do uso da verve literária para a descrição de paisagens, regiões e fenômenos ou a clássica analogia que compara, por exemplo, o Estado ou o planeta Terra com um organismo vivo, o que demonstram as aproximações com o romantismo. De outro lado, a própria preocupação de Humboldt em esclarecer sua opção pelo empirismo raciocinado demonstra a necessidade em se reafirmar a cientificidade e objetividade do seu método, em suma, uma dualidade que persiste em outros pensadores como C. Sauer, por exemplo.

O que pretendemos com nossa perspectiva e com a adoção do método de Bourdieu é perceber o autor considerado clássico por seus pares como um feixe de relações, que quando desvelado demonstra a dinâmica de um campo de conhecimento. Vimos acima que o campo é um espaço social relacional que possui regras específicas e pelas práticas, reconhecimento e relações sociais de seus autores é possível delimitar, além das diferentes posições epistemológicas, políticas e sociais dos cientistas, também a relação entre sociedade e ciência.

Isso fica evidente quando analisamos a trajetória de Kropotkin durante seu exílio na Inglaterra: a casa e as cartas enviadas pelo príncipe anarquista russo são um grande feixe de várias redes que envolvem militantes anarquistas e de vários outros matizes políticos, artistas, literatos, geógrafos e personalidades ligadas à ciência. Essa rede dava suporte à sua produção intelectual, com envio de dados, revistas científicas, notícias, executavam traduções, etc. (FERRETTI, 2019). O fato de não estar na Universidade não impediu sua atuação e reconhecimento como geógrafo, sendo que, no período do exílio inglês, Kropotkin já era visto mundialmente como importante especialista que se dedicava à Sibéria, tendo publicado cerca de 24 artigos sobre o tema no *Geographical Journal*, periódico científico ligado à *Royal Geographical Society* (SKODA, 2013). É possível encontrar algumas cartas em que Kropotkin escreve à Léon Metchnikoff anarquista e pensador russo que trabalhou como secretário de É. Reclus, ou seja, o conhecimento científico se produz e se dissemina nacional ou internacionalmente através de redes, que muitas vezes extravasam os campos. Nem Metchnikoff, nem Kropotkin tinham diploma de geografia, mas a partir de suas origens sociais, de seu capital cultural e de suas viagens, ambos tiveram força para produzir e ter reconhecida sua importância no âmbito das sociedades de geografia e em grupos dedicados a outras áreas do conhecimento.

É. Reclus foi recuperado e tornado um clássico importante pela geografia crítica devido à sua extensa produção bibliográfica, enquanto P. Kropotkin teve uma releitura menos intensa, mais restrita. Formou-se uma interpretação errônea de que Reclus teria um perfil mais acadêmico, enquanto Kropotkin teria uma obra política, mais dedicada ao anarquismo, uma interpretação equivocada que fez ofuscar o fato de que obras como *A conquista do pão* (1893) e *Campos, fábricas e oficinas* (1898) abordavam temas importantes para o debate da geografia política, econômica, urbana e agrária. Tal interpretação limitada não vislumbrou que P. Kropotkin, mesmo sendo anarquista, foi uma peça fundamental para a fundação do campo do planejamento regional e urbano na Inglaterra, EUA e União Soviética por meio da influência que sua obra exerceu

em Patrick Geddes, Lewis Mumford (HALL, 2018) e no planejamento soviético (KOPP, 1975).

Outrossim, o livro *A ajuda mútua* (1902) de Kropotkin foi uma voz dissonante em um cenário intelectual dominado pelo darwino-lamarckismo que via na competição o principal motor da evolução humana. Devemos lembrar que a geração de geógrafos imediatamente posterior a C. Ritter e Humboldt, viram a teoria da evolução de Darwin como uma estratégia para modernizar a geografia e nutri-la do prestígio que gozavam as ciências naturais daquele período. P. Claval (1998) insiste na ideia de que até antes da revolução quantitativa a geografia tentava se firmar nas bases das ciências naturais, o que atesta uma quantidade de conceitos que são utilizados também pela biologia para o estudo de animais e plantas como território, hábitat, paisagem, etc. Não obstante, o objeto e preocupação da geografia é a relação entre sociedade e natureza, sendo que, como ressaltou Livingstone (2008) a questão ambiental é parte importante das tradições geográficas e daí decorre o debate sobre a existência do determinismo ou sua contraposição, o possibilismo, bem como o interesse pela investigação acerca da harmonia ou do desequilíbrio entre homem e meio. O que devemos observar aqui é que, no entanto, a posição de Kropotkin não foi a dominante no campo, pois grandes nomes como Mackinder e Ratzel acabaram predominantemente identificando o conflito como fator principal da evolução. Mesmo Vidal de la Blache não se furtou de se posicionar sobre o tema e de lidar com o darwino-lamarckismo e suas implicações políticas, o que remete mais uma vez a hierarquia do campo e as posições mais ou menos privilegiadas de anúncio. Tais autores que estamos debatendo até agora, conseguiram se projetar em uma escala mundial.

Nesse sentido, Bourdieu (2001) coloca que existe sempre uma tendência à formação de uma dimensão do campo de saber científico internacional, ou seja, de forma análoga às empresas, existem aquelas que são capazes de produzir apenas no mercado nacional e aquelas que conseguem projetar, por diversas estratégias, seu capital para o exterior, para outros países. Temos ainda o fenômeno das escolas nacionais, instituições e/ou autores que conseguem atrair os alunos estrangeiros para treinamento e assim disseminar sua forma de fazer geografia, suas concepções de método, em suma, seu treinamento. Como tentamos demonstrar acima, a geografia moderna já nasce internacionalizada, com redes que permitem a circulação de pessoas e ideias – pensamos que Reclus foi aluno de Ritter, ou que Vidal de la Blache acompanhou um curso de Ratzel, e, sobretudo, a grande influência da geografia francesa no Brasil. Sendo assim, faria sentido falar em escolas nacionais? Sim, na medida em que a produção científica decorre de uma maneira geral das instituições que estão na escala nacional, apesar dos esforços recentes pela internacionalização da ciência e como demonstrado acima, a institucionalização é importante pois ela "... dá garantias no tempo, garantias de duração, e cria mecanismos objetivos capazes de garantir sua própria reprodução" (BOURDIEU, 2020, p. 137), em suma, os títulos são emitidos e reconhecidos, em sua maioria, nacionalmente, mesmo no contemporâneo mundo globalizado.

Claval (1998) defende que a ruptura da revolução quantitativa marca uma nova dinâmica de circulação da ciência, ele destaca que a partir desse advento, na década de 1950, o debate internacional da geografia se consolidaria de maneira mais dinâmica, tendo em conta o início dos avanços técnicos dos transportes e das comunicações. Poderíamos igualmente relacionar a nova geografia com a

demanda por novos conhecimentos no contexto da guerra fria, bem como o interesse nos Estados Unidos em aumentar sua influência cultural e política no mundo. De qualquer forma, lembremos que a União Geográfica Internacional (UGI), importante arena de debate e disputa do campo da geografia havia sido fundada em 1922. Sendo assim, as escolas nacionais são importantes, porque as instituições nacionais oferecem um ambiente para a produção e reprodução do capital simbólico dos geógrafos, mas a dimensão internacional também tem um papel seminal, tanto no que diz respeito aos debates internacionais e ao intercâmbio de pensadores, quanto no tocante às recepções intelectuais dos autores. Um caso exemplar, é a disseminação da teoria dos lugares centrais de W. Christaller, então recém elaborada, em um evento da UGI em 1938 (BARNES; ROCHE, 2022).

Essa dinâmica é especialmente importante para a compreensão do desenvolvimento científico na periferia. Recentemente, Seegel (2018) demonstrou como os conflitos mundiais moldam o destino de geógrafos que haviam sido treinados ou tinham relações com o alemão Albrecht Penck. A guerra, o remodelamento de fronteiras, a disputa territorial entre os países em tempos de guerra e de paz estremecem relações que no início do século haviam sido de camaradagem e cooperação científica. Nessa disputa, os mapas, a história e os argumentos étnico-linguísticos têm um peso importante para o remodelamento dos territórios e fronteiras. Assim, a transnacionalidade e a circulação surgem como novos temas de pesquisa e, para boa parte dos contextos nacionais, contatos, cursos, períodos de pesquisa do exterior são considerados como fatores de distinção e que conferem um importante capital cultural, que comumente é valorizado, por exemplo, pelas agências de fomento à ciência. No caso de Penck, se observa um isolamento científico da Alemanha na época das grandes guerras mundiais, que atinge a geografia, bem como disputas territoriais que afetaram os antigos estudantes e colaboradores de Penck, geógrafos da Romênia, Ucrânia e Polônia, países que agora lutam por independência e território em meio aos conflitos mundiais. Ao mesmo tempo, os agentes que se internacionalizam não são passivos, Ridenti ao discutir a participação de intelectuais e literatos brasileiros durante a guerra fria, coloca:

A experiência da revista *Cadernos [Brasileiros]* ajuda a demonstrar que intelectuais e artistas brasileiros tendiam a aceitar seu lugar subalterno no cenário internacional, mas participavam do jogo com relativa autonomia e tiravam proveito dos embates da Guerra Fria para conseguir apoio externo, fortalecendo suas posições no campo intelectual interno, disputando também corações e mentes nos anos 1960. Não se tratava de marionetes conduzidas por interesses exteriores, mas de agentes ativos a negociar sua posição e influência (RIDENTI, 2022, p. 74).

O mesmo se pode pensar dos geógrafos brasileiros que circularam mundo a fora em busca de formação ou participando de debates acadêmicos, não eram agentes passivos. Sendo assim, como poderíamos discutir o surgimento da geografia em países periféricos, como o Brasil, por exemplo? Nossa produção geográfica seria mera cópia dos avanços feitos no centro do sistema? Aqui, devemos lembrar novamente Bourdieu, que possui um antídoto para a ideia de que a teoria da terra plana serviria para a produção do conhecimento científico,

ou seja, que em escala mundial, todos os cientistas, pensadores e intelectuais competiriam em pé de igualdade ou conseguiriam atingir o mesmo acúmulo de capital cultural. Isso explicaria, porque os autores clássicos são quase sempre estrangeiros e porque a história da geografia é quase sempre uma reflexão sobre esses pensadores europeus e norte-americanos.

Contrários a uma visão eurocêntrica de mundo que admite que a ciência só pode ser produzida no centro do sistema, defendemos a ideia de que existe de fato uma ciência nacional. Depreende-se do ensinamento de Schwarcz (2006) em seu ensaio “*Nacional por subtração*”, que no campo dos bens culturais nada é mera cópia ou é completamente original. A relação dialética entre o pensamento local e as influências externas é o que cria o novo, o original e o nacional. Para a consolidação do campo da geografia no Brasil, vemos de um lado a fundação do IBGE e uma gama de políticas territoriais criadas durante o período Getúlio Vargas. Lembremos que muitos ibgeanos estudaram no exterior, notadamente na França e Estados Unidos, pelo menos em um momento inicial. De outro lado, como uma reação política à revolução de 1930 de Getúlio Vargas temos a criação do primeiro curso de Geografia na Universidade de São Paulo, fomentada pela elite local que se opunha ao regime. O problema é que mesmo ao contar a história da geografia brasileira, os autores canônicos que se apresentam são Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines, dois geógrafos franceses que participaram de missão na instituição acima mencionada. Ambos continuam sendo fonte de capital cultural e gozando de prestígio na geografia brasileira. Apesar da crítica mordaz da geografia crítica ao estilo francês da escola de Vidal de la Blache e da acusação de falta de senso crítico da geografia dita tradicional, Monbeig passou incólume e continua a ser celebrado como uma espécie de fundador da geografia nacional, apesar de, nos dias atuais, existir forte propaganda das ideias de descolonização do saber. De volta à França, apesar do grande sucesso de sua tese de doutorado sobre o Brasil, Monbeig não alcançou o alto prestígio daqueles de sua geração que haviam também trabalhado em São Paulo como o historiador Fernand Braudel ou o antropólogo Claude Lévi-Strauss. Seria mesmo interessante comparar a recepção intelectual de Pierre George, pois, nesse contexto, Verdi (2016) demonstrou que ele foi um autor importante dentre os formandos da pós-graduação da Universidade de São Paulo a partir de 1960 e, paralelamente, lembremos que ele foi um dos grandes mandarins da geografia francesa tendo acumulado expressivo capital cultural puro e institucional, além de ter se projetado em escala internacional. Contudo, se Monbeig é sempre celebrado, George que tentou aproximar geografia e marxismo é visto em alguns casos, pela geração que deflagra a geografia crítica, não como um pioneiro, mas como um pensador limitado (OLIVEIRA, 1977). Seria P. George um bom alvo para permitir aos jovens alçar maior prestígio?

No início do século XX, nessa fase de institucionalização, os geógrafos nacionais se encontravam nos Congressos Brasileiros de Geografia e, posteriormente, nos eventos da Associação de Geógrafos Brasileiros. Patrícia Aranha (2017) é uma historiadora que começou a escrever essa história que é complexa e vai além do eixo Rio-São Paulo, sendo preciso refletirmos a dinâmica do campo geográfico não apenas através dos cânones, mas por meio deles, ou seja, quem eram os professores dos primeiros cursos de geografia, qual a trajetória dos geógrafos profissionais, tudo isso não por mero diletantismo, mas para pensarmos sobre a evolução do campo da geografia e de seu *habitus*, desenvolvendo uma capacidade de reflexividade, pensando nossa organização

interna e nossa relação com a sociedade. A geografia no início do século XX, por exemplo, tinha um papel importante no planejamento territorial (BOMFIM, 2015).

Tendo isso em conta, para compreendermos a gênese do campo da geografia é necessário retomarmos a agenda que já havia sido posta por Machado (2000), que fez questão de ressaltar a existência de toda uma geografia brasileira antes da institucionalização. O que era a geografia antes da institucionalização? Como ela se relacionou com a criação dos cursos universitários. O caso do ensino de geografia é especialmente interessante, pois no Rio Grande do Sul, temos Afonso Guerreiro Lima (1870-1959), um dos fundadores do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), cuja irmã era casada com um dos célebres irmãos Porto Alegre, membro de destaque na vida intelectual da sociedade porto-alegrense. Lima era maçom (casa Grande Oriente), espírita e precocemente ingressa na carreira docente como professor da escola complementar e da escola normal, tendo entre 1936-37 ocupado o cargo de Diretor de Instrução Pública no Rio Grande do Sul, durante o governo de Flores da Cunha. Alguns anos antes, na década de 1930, Lima é autor de livros didáticos que são publicados pela Editora Globo de Porto Alegre, mas que atingem todo o território nacional. Segundo Neves (2011), o sucesso e tiragem dos manuais de ensino foi grande. Lima será objeto de nossas pesquisas futuras, ele parece não ter ingressado no ensino universitário mesmo que a Universidade de Porto Alegre tenha sido criada em 1943 com um curso de geografia e história. Lima, contudo, tem uma concepção de geografia, desenvolvendo-a para conceber seus livros didáticos, escritos antes do surgimento da geografia na universidade, e podemos até mesmo aventar a hipótese de que os professores das Escolas Normais tiveram um papel importante como membros da comunidade geográfica, alguns inclusive em diálogo com as geografias acadêmicas e militares. Para Lima (1929), Vidal de la Blache, Delgado de Carvalho e Teodoro Sampaio são referências importantes, sendo que ele mantém, contudo, uma ativa vida intelectual no âmbito do IHGRGS, participando de sua revista, publicando pareceres sobre assuntos históricos e tendo, no final da vida, publicado um dicionário toponímico do Rio Grande do Sul. Nossa tarefa é, portanto, desvelar esse mundo escondido por detrás dos clássicos. Ensino de geografia, planejamento, geografias militares e a geografia universitária devem ser pensadas como partes de uma mesma comunidade de um campo que está em disputa e em colaboração.

Considerações finais

Como tentamos demonstrar acima, a história da geografia é algo vivo, em constante disputa e em movimento, uma vez que ela é fonte de legitimação e argumentos de autoridade para os geógrafos do presente. Nesse sentido, vamos sempre buscar no passado inspiração e legitimação para nossas práticas, mesmo que a disciplina esteja em constante mudança, incorporando novos temas que estão na moda em outras ciências sociais ou campos do conhecimento próximos à geografia. O governo dos mortos, as estruturas legadas continuam a moldar nossas práticas, mesmo com a absorção de novidades. Com base no ensino, as pessoas de fora do campo têm uma expectativa sobre o que é ser geógrafo e quais são as áreas que esse profissional deve ter *expertise*. Nesse sentido, o ensino de geografia pode reforçar algumas inercias no tocante à estrutura do campo como,

por exemplo, no que diz respeito à astronomia, conteúdo que frequentemente é trabalhado pelo professor de geografia, mas que atualmente raramente é objeto de pesquisa. Tal expectativa faz parte do disciplinamento oriundo do processo de institucionalização.

Entretanto, abordando a questão da reflexividade da geografia devemos ir além e pensarmos nas políticas científicas que afetam diretamente nosso campo. Em primeiro lugar, devemos nos preocupar profundamente com o enfraquecimento da geografia face às novas Bases Curriculares Nacionais (de 2018) e ao enfraquecimento do ensino de geografia para o ensino médio. As políticas científicas estão sendo feitas de forma centralizada e as agências de pesquisa estão impondo medidas cada vez mais ligadas a uma lógica produtivista e acrítica do processo de produção científica. O tempo dos clássicos era outro e eles não deixaram de produzir conhecimento de qualidade e capaz de responder os anseios, problemas e desafios das sociedades que lhes eram contemporâneas.

Esse processo não é nenhuma novidade, em outra ocasião (PEDROSA, 2013), tentamos demonstrar ecoando a tese de Russel Jacoby como a geografia crítica acabou se institucionalizando pelas portas dos fundos da universidade, ou seja, como ela teve um sucesso parcial em impor sua agenda de pesquisa e, sobretudo, como seu *hábitus* foi moldado, em parte, face às regras do conhecimento institucionalizado. Isso pode ser notado ao se comparar a revista *Antipode* no seu início e atualmente: se nos primeiros números os textos não tinham limitação rígida e suas páginas eram preenchidas por uma produção mais diversa como caricaturas e ensaios, hoje a revista se profissionalizou, tem grande prestígio, regras rigorosas e é veiculada pelo gigante selo Wiley de produção e disseminação científica, incluído aí o pacote do acesso pago.

Novamente, nos cabe voltar à história do campo não apenas para celebrar a diversidade da disciplina, ou descobrir novos autores, mas para refletir sobre nossas práticas, sobre a forma de produzir ciência, para quem e para quê nosso conhecimento serve. Nesse sentido, as discrepâncias entre centro e periferia continuam a ser relevantes e se aprofundam mais com exigência das políticas científicas, que os profissionais se lancem na arena internacional pela disputa da representação científica. O artigo intitulado “*Sobre geografias canônicas*” (KEIGHREN et al., 2021), faz um convite para pensarmos outros cânones e a diversidade da produção geográfica nas escolas nacionais e nos autores que ainda não foram valorizados – uma celebração do pluralismo, sintomaticamente cega às assimetrias que nos assolam cotidianamente. Recentemente, vemos a iniciativa louvável, mas em certa medida limitada de se contar uma história da geografia crítica em escala mundial (BERG et al., 2002; BARNES; SHEPPARD, 2019), contudo, as assimetrias em termos de capital cultural, capacidade de produção, divulgação e reconhecimento, continua. Para que serviria um mero registro da existência das geografias críticas da periferia, se elas não passam de um mero artefato de curiosidade para os geógrafos do centro? Em suma, a dominação simbólica continua sendo exercida pelos países mais desenvolvidos que possuem mais recursos para o desenvolvimento científico. O idioma predominante do debate continua sendo o inglês, sendo que os cientistas do centro do sistema podem versar sobre a geografia de todos os países do mundo, enquanto os brasileiros são compelidos a falar basicamente sobre seu próprio país. Ademais, como coloca Traverso (2020), hoje a dinâmica da produção científica está cada vez mais ligada à indústria cultural que cria produtos caros:

livros acadêmicos, artigos, portais de revistas com acesso pago, etc. É essa ciência que queremos?

Referências

ARANHA, P. A. **Geografia como profissão: campo, auto-representação e historiografia**. Rio de Janeiro: UFRJ – Programa de História social, 2017.

BARNES, T.; ROCHE, M. The international circulation and dissemination of geographical concepts and ideas. In KOLOSOV, V.; GARCÍA-ÁLVAREZ, J.; HEFFERNAN, M.; SCHELHASS, B. **A geographical century**. Cham: Springer, 2022.

BARNES, T.; SHEPPARD, E. **Spatial Histories of Radical Geography: North America and Beyond**. Oxford: Wiley, 2019.

BERDOULAY, V. **La formation de l'école française de géographie (1870-1914)**. Paris: Bibliothèque Nationale, 1981.

BERG, L. D.; BEST, U; GILMARTIN, M.; LARSEN, H. G. **Placing critical geographies – historical geographies of critical geography**. Londres: Routledge, 2022.

BOMFIM, P. R. de A. Conceitos e significados do planejamento na geografia brasileira e o IBGE. **Terra Brasilis**, v. 1, p. 1-19, 2015.
<https://journals.openedition.org/terrabilis/1494>

BOURDIEU, P. **Impérialismes - circulation internationale des idées et luttes pour l'universel**. Paris: Raisons d'agir, 2023.

BOURDIEU, P. **Sociologia geral - vol. 1: lutas de classificação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

BOURDIEU, P. **Razões práticas – sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus Editora, 2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp e Zouk, 2006.

- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- BOURDIEU, P. **Science de la Science e réflexivité**. Paris: Raison d’agir, 2001.
- BOURDIEU, P. Physical space, social space and habitus. **Rapport 10**, Instituttt for sosiologi og samfunngeofragi, Universidade de Oslo, 1996.
- BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.
- CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1988.
- CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- CLAVAL, P. **Histoire de la géographie française de 1870 à nous jours**. Paris: Éditions Nathan, 1998.
- FERRETTI, F. **Anarchy and geography – Reclus and Kropotkin in the UK**. Londres e Nova York: Routledge, 2019.
- FERRETTI, F; “They have the right to throw us out”, Élisée Reclus’ New Universal Geography. **Antipode**, v. 45, n. 5, p. 1337-1355, 2013.
<https://doi.org/10.1111/anti.12006>
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.
- HALL, P. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2018.
- KOPP, A. **Changer la vie, changer la ville**. Paris: Union générale d’éditions, 1975.

LACOSTE, Y. **A geografia - isso serve em primeiro lugar, para se fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1988.

LIMA, A. G. **Noções de geografia – parte 1.** Porto Alegre: Editora Globo, 1929.

LIVINGSTONE, D. **The geographical tradition.** Oxford: Blackwell Publishing, 2008

LIVINGSTONE, D. **Putting Science in its place.** Chicago: Chicago Press University, 2003.

LIVINGSTONE, D. e WHITTER, C. (ed.) **Geography and Revolution.** Chicago: Chicago Press University, 2005.

KEIGHREN, I. M.; ABRAHAMSSON, C. e DORA, V. dela. Sobre geografias canônicas. **Terra Brasilis (Nova Série)**, n. 15, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/8990>, acesso em 1 de out. de 2022.

KUHN, T. **O caminho desde a estrutura.** São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1997.

MACHADO, L. O. História do pensamento geográfico no Brasil. **Terra Brasilis**, n. 1, 2000.

MACKINDER, H. J. (2014). O ensino de geografia sob ótica imperial e os usos que podem e devem ser feitos da instrução visual. **GEOgraphia**, 16(31), 142-152. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2014.v16i31.a13676>

MICELE, S. Introdução: a força do sentido. BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

NEVES, G. R. Afonso Guerreiro Lima: prazer de ensinar. **Revista do IHGRGS**, n. 145, 81-86, 2011.

OLIVEIRA, A. U. de. O “econômico” na obra “geografia econômica” de Pierre George: elementos para uma discussão. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 41-52, 1977.

PÉAUD, L. **La géographie: émergence d’un champs Scientifique en France, Prusse et Grande-Bretagne**. Lyon: ENS / Inrp Lyon, 2016.

PEDROSA, B. V. **Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura**. São Paulo: Tese de Doutorado, Geografia Humana – FFLCH/USP, 2013.

REBOK, S. **Humboldt and Jefferson: a transatlantic friendship of the enlightenment**. Charlottesville: University of Virginia Press, 2014.

RIDENTI, M. **O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural**. São Paulo: Editora da UNESP, 2022.

SEEGEL, S. **Map Men: transcional lives and death of Geographers in the making of East Central Europe**. Chicago: Chicago Press University, 2018.

SKODA, A. **Kropotkin (1842-1921): histórias fantásticas de um geógrafo anarquista**. São Paulo: Universidade de São Paulo – Trabalho de Gradação Individual em Geografia, 2013.

SCHWARZ, R. **Que hora são? Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TRAVERSO, E. **Onde foram parar os intelectuais?** Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

VERDI, E. F. **Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985**. São Paulo: Tese de Doutorado, Geografia Humana – FFLCH/USP, 2016.